

Relações Comerciais e Políticas entre Brasil e China no Século XXI e os Efeitos da Pandemia do Covid-19*

Maria Luíza Caputo Lima

Graduanda em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

Michele Polline Veríssimo

Professora Orientadora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: Este trabalho avaliou as relações comerciais e políticas entre Brasil e China ao longo do século XXI, com ênfase no ano de 2020, período de ocorrência da pandemia do Covid-19. Como procedimento metodológico, a pesquisa utilizou de fontes primárias e secundárias, como indicadores comerciais e produção bibliográfica e documental. Foi verificada uma acentuação do padrão de especialização do comércio internacional brasileiro em bens primários durante a pandemia, o que, entre outros fatores, reitera o estado de dependência do Brasil em relação à China. Devido ao peso da profunda e assimétrica interação econômica, as relações com a nação oriental são estratégicas para o Brasil – mesmo em meio às recentes conturbações políticas, os agentes brasileiros que se beneficiam da interação se debruçaram para remediar e promover relações diplomáticas entre os dois países.

Palavras-chave: Brasil; China; Comércio Internacional; Política Externa; Pandemia.

Trade and Political Relations between Brazil and China in the 21st Century and the Effects of the Covid-19 Pandemic

Abstract: This paper evaluated the commercial and political relations between Brazil and China throughout the 21st century, with an emphasis on 2020, period of occurrence of the Covid-19 pandemic. As a methodological procedure, the research used primary and secondary sources, such as economic indicators and bibliographic and documentary production. An accentuation of the pattern of specialization of the Brazilian trade in primary goods during the pandemic was verified, which, among other factors, reiterates the state of dependence of Brazil on China. Due to the weight of the deep and asymmetrical economic interaction, relations with the eastern nation are strategic for Brazil – even amid recent political turmoil, Brazilian agents who benefit from the interaction have tried to remedy and promote diplomatic relations between the two countries.

Keywords: Brazil; China; International Trade; Foreign Policy; Pandemic.

* Trabalho final de conclusão de curso de Graduação em Relações Internacionais. Banca avaliadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Cardoso, Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Junior, e Profa. Dra. Michele Polline Veríssimo (Orientadora). Defesa em: 26/10/2021.

1. Introdução

A interdependência econômica entre as nações no mundo contemporâneo instiga a investigação das relações comerciais e políticas regidas pelos países. Em um cenário internacional de globalização, competição e integração, é necessário compreender de que maneira os impactos das trocas comerciais comprometem a saúde da balança comercial e do crescimento econômico de longo prazo das nações. Destaca-se, ainda, a importância que a ocorrência da pandemia do Covid-19 possui no cenário mundial hoje. A crise mundial vem testando a capacidade de cooperação e adaptação dos agentes internacionais, uma vez que existem demandas novas e emergentes, de caráter político, econômico e sanitário, a serem resolvidas.

Nessa perspectiva, faz-se necessário analisar os padrões comerciais do Brasil, país sul-americano que, por vezes, demonstra protagonismo regional, enquanto tenta se livrar das amarras históricas do subdesenvolvimento. Atualmente, o Brasil se posiciona no centro da cadeia alimentícia mundial como um importante fornecedor de bens primários para outros países. Na virada do século XX para o século XXI é possível notar uma tendência de aprofundamento da especialização do país na produção e exportação primária. É interessante que essa especialização, acentuada ao longo dos anos 2000, trouxe uma melhora importante nos indicadores econômicos brasileiros. Em paralelo, é fundamental ressaltar que a China, nação que há anos mostra saber como nutrir um crescimento econômico inabalável e que hoje desafia a ordem mundial, é um ator de forte influência na atual realidade econômica brasileira. Assim, cabe analisar a influência que a economia chinesa transborda nas relações comerciais e políticas com a economia brasileira.

O Brasil se contenta com uma produção cada vez mais especializada e homogênea em bens primários, o que remete ao que alguns autores chamam de “reprimarização”, isto é, um aumento da participação dos produtos primários na pauta produtiva e exportadora do país. Esta é marcada pela baixa fabricação e comercialização de produtos manufaturados de alto valor agregado e teor tecnológico, em face de uma produção e comercialização cada vez maior de produtos primários de baixo valor agregado e com pouca tecnologia. Certamente, em vista dos componentes que serão trabalhados na pesquisa, este sintoma econômico está ligado às relações comerciais Brasil-China desenvolvidas ao longo dos anos, em que se pode notar uma suposta dependência econômica do Brasil em relação ao seu grande parceiro, que se reforça, especialmente, com a ocorrência da pandemia.

Nesse contexto, o objetivo principal deste trabalho consiste em avaliar as relações comerciais entre Brasil e China ao longo dos anos 2000, com ênfase nos resultados recentes obtidos no período da pandemia do Covid-19, a fim de verificar se estas contribuem para acentuar o padrão de especialização do comércio brasileiro em bens primários. De forma secundária, a fim de fornecer uma visão completa e aderente à análise da economia política internacional, cabe entender como as relações políticas sino-brasileiras se desenrolaram ao passo do notável aprofundamento das relações comerciais entre as nações no século XXI.

O problema central que se busca resolver é: no contexto das relações comerciais Brasil-China, a pandemia do Covid-19 contribui para intensificar o processo de reprimarização da economia brasileira? Para mais, como essa reprimarização impacta as relações políticas nutridas pelo Brasil e a China nos últimos anos? A hipótese preliminar é a de que, dada a natureza do comércio internacional brasileiro (baseado em exportações de produtos primários e importações de produtos manufaturados), a pandemia pode contribuir para agravar o processo de reprimarização da economia, além de acentuar a dependência do Brasil em relação ao comércio com a China, o que justifica a manutenção de estáveis relações políticas entre as duas nações no momento.

Nesses termos, o artigo pretende contribuir para a discussão sobre as relações comerciais e políticas entre Brasil e China, ao apontar elementos que indicam que o impacto do crescimento chinês, espelhado na relação comercial entre as duas nações, foi severamente sentido pelo Brasil e estimulou a especialização brasileira em bens primários, ao passo que também comprometeu a competitividade da indústria nacional. Por meio do levantamento de dados do desempenho comercial brasileiro e das trocas entre Brasil e China ao longo dos anos 2000, com destaque para o período de vigência da pandemia do Covid-19, pretende-se comprovar a hipótese da pesquisa. Ademais, será possível caracterizar as consequências advindas desse cenário dependentista que, a longo prazo, se apresenta pouco saudável para a economia brasileira. Dentro disso, cabe uma investigação acerca das relações políticas sino-brasileiras, que foram ficando cada vez mais importantes com o aprofundamento do comércio entre os atores. Em termos políticos, a China foi um ponto de convergência e divergência nos recorrentes governos brasileiros desde a virada do século. Ademais, por mais que uma relação estável tenha sido mantida até então, houve alguns casos de atrito no recorrente cenário da crise sanitária global.

Para cumprir com os propósitos do artigo, este se encontra organizado em três seções, além dessa introdução e das considerações finais. A segunda seção sistematiza os principais argumentos da literatura sobre a reprimarização da economia brasileira e o papel do comércio

bilateral com a China para a configuração desse processo. A terceira seção descreve o padrão do comércio internacional entre Brasil e China ao longo dos anos 2000, com destaque para os impactos recentes da pandemia do Covid-19. Por fim, a quarta seção discute a política externa brasileira em relação à China, com foco em entender os impactos que a reprimarização, reforçada pela pandemia do Covid-19, pode causar nas relações políticas entre os dois países.

2. Apontamentos da Literatura sobre a Reprimarização da Economia Brasileira e as Relações Comerciais entre Brasil e China

O padrão de especialização em bens primários é uma característica que acompanha a pauta exportadora brasileira há muitos anos, contudo, percebe-se uma nítida intensificação desse comportamento ao longo dos anos 2000. Segundo Pella (2019), no fim do século XX, a indústria de média-alta e alta tecnologia tinha uma participação maior nas exportações brasileiras: os produtos químicos e veículos automotores, por exemplo, representaram 23% das exportações brasileiras em 1999. Enquanto isso, no mesmo ano, a comercialização de produtos não classificados na indústria de transformação, isto é, produtos que praticamente não sofrem alteração no processo de produção, respondiam por 18% das exportações. Se a mesma comparação fosse feita no ano de 2015, os produtos do primeiro grupo se enquadraram na casa dos 15%, enquanto os do segundo grupo representaram 36% do total das exportações do país.

Essas evidências demonstram a relevância que a produção primária adquiriu no Brasil a partir dos anos 2000. Em termos gerais, esse incremento é explicado pelo desempenho de três segmentos: o setor agropecuário, a extração de minérios metálicos e a extração de petróleo e gás natural. Dados do Ministério da Economia indicam que a soja, os óleos brutos de petróleo e o minério de ferro, juntos, equivaleram a 33% das exportações brasileiras do ano de 2018, o que não era uma realidade no início do século, nem em composição nem em concentração, diante do total exportado (PELLA, 2019).

Cabe destacar que, sob a lógica centro-periferia, ressaltada pelos autores críticos da episteme desenvolvimentista natural da Europa e da América do Norte, a qual pressupõe o progresso técnico como inerente e, possivelmente, uma finalidade comum para as nações capitalistas, Lopes (2020) afirma que o Brasil, ao ocupar majoritariamente a posição de periferia desde a instauração do período colonial em 1808, enraizou certos padrões de produção e comércio. Com raras exceções ao longo da história, o país se conceitua como um forte agroexportador, mostrando que a comercialização de bens primários é a base da estrutura econômica brasileira. Essa é uma condição estrutural, a qual supostamente impede que

iniciativas políticas e econômicas nacionais mudem a pauta de exportação do país e o faça resistir aos constrangimentos externos da economia mundial. Por vez, segundo o autor, essa inserção internacional característica, aliada à dificuldade de consolidação de um sistema nacional de inovação, torna a economia altamente exposta à volatilidade dos preços internacionais.¹

Sob tais termos, em análise da composição e dos determinantes da pauta de exportação brasileira, Castilho e Nassif (2018) e Veríssimo (2019), dentre outros autores, observam uma maior participação de produtos intensivos em recursos naturais (bens primários) na composição da pauta. As causas desse fenômeno estão relacionadas à elevação dos preços das *commodities* nos mercados internacionais; às condições favoráveis de demanda (renda) externa; ao aumento da renda interna; e à dificuldade de concorrência dos produtos manufaturados brasileiros nos mercados externos. Tais fatores, em conjunto, estimularam a reorientação da pauta exportadora, reduzindo a participação da indústria da transformação e aumentando a comercialização dos bens primários, alterando uma tendência que não era comum no início dos anos 2000.

O aumento dos preços internacionais das *commodities* iniciado em meados de 2002 é atrelado aos desequilíbrios de oferta e demanda influenciados diretamente pela ascensão econômica chinesa e pela aceleração econômica mundial, que ampliou a demanda por *commodities* agrícolas, industriais e energéticas, e aos choques de origem climática da época. Alguns especialistas associam também a especulação financeira como ampliadora desse movimento, causando uma elevação da volatilidade dos preços dos produtos primários a longo prazo, visto que os derivativos vinculados a tais bens se tornaram uma alternativa de diversificação de risco no período (APEX-BRASIL, 2011, BLACK, 2013).

O principal catalisador dessa conjuntura, o fenômeno conhecido como “efeito-China”, é o resultado do contínuo crescimento econômico experimentado pela nação oriental, que investiu fortemente em reformas desenvolvimentistas e políticas industriais no país. Pella (2019) aponta que a estratégia de abertura econômica e o intenso processo de internacionalização, amplificado pela adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, possibilitaram a ascensão da China como potência global. Nesse sentido, o Brasil enfrenta duas implicações importantes desse fenômeno: o aumento da demanda chinesa e dos preços das *commodities* que, em boa medida, contribuiu para o aumento das exportações (MORTATTI ET

¹ Apesar de ser interessante trazer à tona a perspectiva sistema-mundista, que por si é muito rica, não cabe a este trabalho explorar como se instaurou essa estrutura. A finalidade aqui é usar do argumento sistêmico e de longa-duração para reforçar a ocorrência da (re)primarização da pauta exportadora brasileira hoje, isto é, uma retomada às condições econômicas originais do Brasil, o que será demonstrado adiante na seção de análise dos dados.

AL., 2011; CASTILHO; NASSIF, 2018; VERÍSSIMO, 2019); e a pressão competitiva sobre a indústria, cuja produção local de manufaturados foi desfavorecida, além de passar a competir com a indústria chinesa, mais eficiente e tecnologicamente sofisticada, em mercados para os quais o Brasil exportava seus bens manufaturados (PEREIRA, 2014; CASTILHO ET AL., 2019).

Há que se destacar que, conforme Veríssimo (2019), no ano 2000, os Estados Unidos e a Argentina eram os principais parceiros comerciais do Brasil, chegando a adquirir 35% das exportações totais do país. O Brasil supria as demandas destes países com uma diversidade abrangente de produtos que, por sinal, eram majoritariamente de cunho industrial, como veículos, máquinas e peças, e que possuíam alto valor agregado, demonstrando condições de fomentar um crescimento econômico nacional sustentável. Todavia, com o tempo, a China passou a ter mais importância na relação bilateral com o Brasil, até alcançar, em 2009, a posição de seu principal parceiro comercial. Nessa lógica, a China se torna um grande demandante de matérias-primas e outros bens primários, consumindo principalmente soja, minério de ferro e óleo bruto de petróleo. Ademais, outros produtos primários e de interesse chinês, como carnes, que até então não eram produtos tradicionalmente exportados pelo Brasil, passaram a ocupar o *ranking* dos dez produtos brasileiros mais vendidos para o exterior em 2019.

Hiratuka e Sarti (2016) e Pella (2019), ao compararem os dados de desempenho comercial destes dois países, detectaram que, enquanto o Brasil se afunilou em uma pauta exportadora pouco diversificada, a China conseguiu manter uma pauta pulverizada. A questão é que os produtos tecnológicos, por sua característica de rendimentos crescentes de escala, maior elasticidade-renda e fortes efeitos de aprendizado e transbordamentos (*spillovers*) tecnológicos para outros setores, possuem maior potencial de contribuição para o crescimento das exportações e, conseqüentemente, para uma elevação do Produto Interno Bruto (PIB) dos países. Sendo assim, a China se posiciona na linha de frente da competição internacional, ao passo que articula, estrategicamente, interações e diversificações com outros países, especialmente com o bloco Sudeste-Asiático, priorizando a cooperação internacional regional e multilateral no quesito Sul-Sul.

Uma observação importante é que mesmo a balança comercial brasileira assinalando *déficits* nas categorias de produtos de alta intensidade tecnológica ao longo do tempo, o país, ainda assim, conquistou *superávits* totais por meio da venda dos produtos de baixo valor agregado. O fenômeno chinês foi crucial para que o Brasil mantivesse reservas internacionais elevadas e diminuísse a vulnerabilidade externa, além de possibilitar a obtenção de outras condições macroeconômicas favoráveis. Contudo, apesar do bom efeito no curto prazo, tais

termos de troca ainda são preocupantes para o Brasil, uma vez que para compensar a lucratividade da venda que produtos de alto valor agregado são capazes de fornecer, é preciso aumentar, e muito, o volume das exportações dos produtos de baixo valor agregado, no caso, de recursos naturais. Enquanto a China se comporta como um grande demandante desses bens, por ora, tal crescimento é sustentável. Tendo em vista que a concentração de produtos de baixo valor agregado na pauta exportadora brasileira está atrelada a fatores conjunturais (preços e condições de demanda), há o receio de que os resultados comerciais favoráveis até então obtidos possam ser revertidos no futuro (JAYME JR.; RESENDE, 2009, HIRATUKA, SARTI, 2016; CASTILHO; NASSIF, 2018, PELLA, 2019, VERÍSSIMO, 2019).

A consolidação da China como grande fornecedora de produtos manufaturados também é preocupante quando se pensa que o Brasil, que possui a China como maior fornecedor de bens manufaturados, tem a produção doméstica prejudicada em relação aos bens importados. Tal ocorrência contribui para um deslocamento da produção nacional, acionando uma fragilidade econômica generalizada no país, além de prejudicar a inserção dos produtos industrializados brasileiros em terceiros mercados, sobretudo nos países latino-americanos (PEREIRA, 2014, CASTILHO ET AL., 2019). Pella (2019) pontua que, dentro da especialização regressiva, que também remete à falta de planejamento estratégico, projetos e políticas de desenvolvimento de longo prazo, o Brasil fica dependente das exportações de recursos naturais em decorrência da perda de capacidade em competir não só no mercado global, mas também no local e regional.

A atual especialização da produção em bens primários, a alta importação de bens industrializados da China e os processos de financeirização chineses no Brasil fomentam a hipótese de uma nova dependência econômica brasileira em andamento. A codependência é uma recente hipótese-conceitual formulada para definir a relação político-econômica Brasil-China. Moraes, Aguiar e Tauil (2018) definem como codependente o país que se volta para o ambiente externo e dependente do dependente, e, que, sem um projeto nacional próprio, mantém uma relação disfuncional com países centrais e também dependentes. Nesse caso, a China, ainda considerada um subcentro econômico, realiza estratégias típicas de países desenvolvidos e explora seus parceiros a fim de efetivar sua acumulação de capital e sua ascensão como uma grande potência global. O Brasil então se enquadra como codependente, posição que reforça sua condição de fornecedor de *commodities* e incentiva a perda de competitividade e de diversificação com outros mercados (inclusive o doméstico), afunilando, ainda mais, sua posição na periferia econômica mundial. Segundo os autores, essa dependência pode ser ainda mais danosa do que a dependência dos países centrais, pois não há limites na transferência significativa de capital, o que a torna ainda mais prejudicial.

Esses aspectos reforçam a tese amplamente difundida de que a economia brasileira vivencia um processo de desindustrialização nos últimos anos. Oreiro e Feijó (2010) compreendem esse processo como uma perda de importância do setor industrial como fonte geradora de empregos e/ou valor adicionado, o que está atrelado a menor relevância que o valor adicionado da indústria e o emprego industrial assumem no PIB e no emprego total do país, respectivamente. Ainda, é mister pontuar o argumento que justifica a desindustrialização brasileira como resultado da Doença Holandesa² no país. Bresser-Pereira e Marconi (2008) alegam que a valorização dos preços de *commodities* favorece os países com vantagens comparativas (em recursos naturais, por exemplo) e desfavorece o processo industrial, ao provocar uma apreciação da taxa de câmbio real efetiva, o que pode inibir o desenvolvimento econômico nas nações. Os autores comprovam a perda da importância relativa da indústria com base em evidências de aumento da participação de *commodities* e redução da participação de manufaturados ao longo dos anos 2000 na balança comercial brasileira, simultaneamente à queda da taxa de crescimento da indústria de transformação no país.

Diante dos conceitos e evidências apresentados, tem-se que a orientação do padrão de exportação brasileiro para bens primários é assolada pelo sintoma econômico da reprimarização, uma vez que há perda de participação dos produtos manufaturados brasileiros no comércio internacional. Tal processo, por si, se atrela à desindustrialização doméstica e a dependência econômica brasileira em relação à China o fortalece, o que potencialmente desfavorece o Brasil na atual conjuntura internacional, que é puramente competitiva, e, atualmente, se encontra assolada pela maior pandemia ocorrida nos últimos anos.

A pandemia do Covid-19 surgiu no fim de 2019 e, desde então, vem ocasionando uma crise mundial sanitária. Para além disso, o evento também acarretou uma recessão econômica mundial inédita, em razão das medidas necessárias para abrandá-la, sobretudo o isolamento social, imprescindível para conter a disseminação da doença, o que culminou em redução da produção, do emprego e da renda nas diversas economias.

No contexto da pandemia, segundo Trece (2020), as exportações foram o único agregado do Brasil a apresentar crescimento nos primeiros seis meses de 2020, muito devido à expansão das exportações do setor agropecuário, com destaque para o comércio com os países asiáticos, em especial a China, que praticamente sustentou as exportações brasileiras do

² Fenômeno ocorrido na Holanda nos anos 1960, em que a descoberta de novas fontes de gás natural e a consequente entrada de divisas externas em razão das exportações do produto levaram à apreciação da moeda local, prejudicando a competitividade da indústria de transformação do país (BRESSER-PEREIRA, MARCONI, 2008).

primeiro semestre. Segundo o coeficiente de penetração de importações, observou-se uma intensificação da dependência interna por importações dos produtos da indústria de transformação, o que mostra a fragilidade da indústria nacional diante da crise que se instalou no país. Já o indicador de exportações demonstrou alta no segmento dos produtos agropecuários, sendo estes os principais responsáveis pelo bom desempenho das exportações brasileiras no primeiro semestre de 2020, em especial a soja. Também cabe ressaltar o aumento do volume registrado da exportação do grupo de produtos de refino de petróleo, coque e biocombustíveis, sendo que 60% dessas vendas foram direcionadas para a China (TRECE, 2020).

Na infame perspectiva apresentada, nota-se, mais uma vez, o papel locomotor da China nas exportações brasileiras atrelado à fragilidade que a indústria nacional apresenta. É necessário, certamente, um vislumbre maior dos dados existentes até o presente momento para uma conclusão factível acerca deste comportamento. Contudo, é inegável a forte ligação que tais evidências possuem com a retórica da reprimarização. Nesse ensejo, a terceira seção deste artigo apresentará dados recentes do comércio brasileiro, com o intuito de elucidar a pandemia como um fator intensificador da reprimarização da pauta brasileira, com foco nas relações comerciais Brasil-China.

3. Relações Comerciais entre Brasil e China nos anos 2000

Nessa seção serão analisados dados de comércio exterior do Brasil e da relação comercial Brasil-China, com a finalidade de averiguar o padrão de especialização da pauta exportadora brasileira ao longo dos anos 2000, com destaque para o período da pandemia em 2020.

A influência da China é tida como um fenômeno generalizado, que atinge direta e indiretamente vieses importantes da conjuntura macroeconômica brasileira, especialmente nos aspectos relativos ao comércio internacional brasileiro. Sendo assim, cabe pontuar, com base nas informações destacadas, os impactos dessa influência na balança comercial do Brasil, conforme ilustra a Tabela 1.

Com base nos números da referida Tabela, cabe destacar, primeiramente, o aumento das exportações do Brasil entre 2000 e 2020. Para além de um recuo irrisório entre 2012 e 2016, que pode ser associado à desaceleração da economia internacional e nacional após a crise de 2008 (*subprime* nos Estados Unidos), a economia brasileira conseguiu manter em evolução crescente o indicador de vendas externas, alcançando recordes sucessivos ao longo do período.

A alta nas exportações é um impulsionador importante dos *superávits* que a economia brasileira vivenciou. Com exceção do ano 2000 – a dinâmica econômica ainda se adaptava à nova realidade comercial; e dos anos de 2013 e 2014 – marcados pela recessão nacional, o Brasil apresentou *superávits* comerciais recorrentes, em que o montante de vendas foi maior do que o montante de compras do país. As importações também marcaram altas, ainda que em proporção e ritmo menor do que as exportações, com certa desaceleração a partir de 2014, com os aumentos sucessivos da taxa de câmbio real e retração da produção industrial. Vale ressaltar que, apesar do contexto pandêmico, o saldo comercial brasileiro atingiu o montante expressivo de US\$ 50,3 bilhões, o segundo mais elevado ao longo do período.

Tabela 1: Comércio Internacional Brasileiro, 2000 a 2020 (em US\$ milhões)

Ano	Exportações totais	Importações totais	Saldo comercial total	Exportações China	Importações China	Saldo comercial China
2000	54.993,2	56.976,4	-1.983,2	1.084,9	1.219,2	-134,3
2001	58.032,3	56.569,0	1.463,3	1.901,3	1.320,1	581,1
2002	60.147,2	48.274,8	11.872,4	2.516,6	1.549,0	967,6
2003	72.776,7	49.307,2	23.469,6	4.531,2	2.143,1	2.388,1
2004	95.121,7	63.813,6	31.308,0	5.438,6	3.703,5	1.735,2
2005	118.597,8	74.692,2	43.905,6	6.826,9	5.337,3	1.489,6
2006	137.581,2	92.531,1	45.050,1	8.398,2	7.975,4	422,8
2007	159.816,4	122.041,9	37.774,4	10.776,7	12.596,3	-1.819,6
2008	195.764,6	174.707,1	21.057,5	16.520,0	20.035,4	-3.515,5
2009	151.791,7	129.397,6	22.394,1	20.994,9	15.904,6	5.090,4
2010	200.434,1	183.337,0	17.097,2	30.747,6	25.591,5	5.156,1
2011	253.666,3	227.969,8	25.696,6	44.304,6	32.786,2	11.518,4
2012	239.952,5	225.166,4	14.786,1	41.225,8	34.244,7	6.981,1
2013	232.544,3	241.500,9	-8.956,6	46.023,2	37.325,5	8.697,7
2014	220.923,2	230.823,0	-9.899,8	40.611,9	37.349,5	3.262,4
2015	186.782,4	173.104,3	13.678,1	35.155,4	30.714,1	4.441,3
2016	179.526,1	139.321,4	40.204,8	35.133,3	23.349,9	11.783,4
2017	214.988,1	158.951,4	56.036,7	47.488,4	27.554,0	19.934,5
2018	231.889,5	185.322,0	46.567,5	63.929,6	35.157,2	28.772,3
2019	221.126,8	185.928,0	35.198,8	63.357,5	36.028,3	27.329,2
2020	209.180,2	158.786,8	50.393,4	67.788,1	34.778,4	33.009,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Economia-SECEX (2021).

Ao relacionar a participação da China no comércio exterior do Brasil, observa-se que os números relativos ao comércio bilateral com aquele país apresentam a mesma tendência dos números totais. A cada ano, com exceção dos períodos de retração nacional supracitados, a participação da China nas exportações e importações brasileiras só aumentou. Entre 2000 e

2020, o crescimento percentual das exportações para a China alcançou a casa dos milhares, representando um aumento muito maior do que as próprias exportações totais brasileiras. O mesmo vale para as importações, ainda que em menor cadência. Essa evidência mostra que a China age como um impulsionador dos resultados comerciais experimentados pelo Brasil no período analisado.

A pandemia do Covid-19 surgiu no fim de 2019 e, desde então, vem ocasionando uma crise mundial sanitária. Para além disso, o evento também induziu uma recessão econômica mundial inédita, a primeira advinda de uma pandemia e de medidas para contê-la, com o efeito comum de retração das exportações e importações em todos os países. Cabe pontuar que a magnitude dessa retração depende da pauta de comércio exterior de cada país (ICOMEX, 2020). Ao analisar o caso do Brasil no recorte dos anos de 2019 e 2020, destaca-se uma queda do montante comercializado, mas, ainda sim, afere-se um *superávit* comercial expressivo, conforme já observado. Esse *superávit* está relacionado à queda das importações, mas, acima de tudo, ao êxito das exportações para a China, que atenuou a queda nas vendas externas devido à baixa generalizada da demanda mundial. Mesmo com o decréscimo do valor total exportado em 2020, o comércio com a China aumentou cerca de 7% em relação a 2019. Esse dado reforça a importância chinesa nos resultados da balança comercial brasileira, especialmente no ano de 2020.

A Tabela 2 apresenta o peso que a participação chinesa possui no comércio brasileiro no período de 2000 a 2020, especialmente se comparado a outros parceiros comerciais do Brasil. Nesta Tabela são destacados os dados de participação dos países que mais possuem relevância para o comércio internacional do Brasil no período retratado, a fim de demonstrar o peso da mudança de paradigma ocorrida. Nos anos 2000, os Estados Unidos absorviam 23,9% das exportações brasileiras, se portando como o maior parceiro comercial do Brasil. A Argentina, em segundo lugar, adquiria 11,3% das exportações; e a China, sem muito destaque, apenas 2%. O quadro se reverteu ao longo dos anos, na medida em que o comércio com os Estados Unidos e a Argentina decaía e com a China aumentava, o que é ilustrado pela variação percentual dos valores observados entre 2000 e 2020, a qual se apresenta positiva para a China e negativa para as demais nações. Tanto as exportações como as importações apresentam a mesma lógica. Cabe pontuar que, em 2009, a China superou os Estados Unidos e assumiu o posto de maior parceiro comercial do Brasil, condição que perdura atualmente.

Nesse contexto, há dois pontos importantes a serem ressaltados. Primeiro, os Estados Unidos e a Argentina, célebres compradores dos produtos manufaturados brasileiros, perderam espaço no comércio internacional com o Brasil, enquanto a China, grande compradora de

recursos primários, progrediu na interação. Segundo, ao longo dos anos 2000, especialmente entre 2002 e 2012, o Brasil não aumentou só o comércio com a China, mas também com os demais parceiros comerciais (Demais Países). Esse dado está associado à política de diversificação de parcerias adotada no governo Lula, importante para ilustrar a cooperação Sul-Sul que progrediu na época. Contudo, nota-se que, a partir de 2015, o comércio internacional com os Demais Países também passou a apresentar quedas sucessivas. Em contrapartida, o comércio com a China continuou a se intensificar, o que sinaliza uma concentração (e dependência) cada vez mais elevada do Brasil no comércio com esse parceiro.

Tabela 2: Participação dos Principais Parceiros Comerciais Brasileiros, 2000 a 2020 (em %)

	China		Estados Unidos		Argentina		Demais Países	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
2000	2,0	2,1	23,9	22,7	11,3	12,0	62,8	63,2
2001	3,3	2,3	24,4	22,7	8,6	11,0	63,7	64,0
2002	4,2	3,2	25,5	21,3	3,9	9,8	66,5	65,7
2003	6,2	4,3	22,9	19,4	6,3	9,5	64,6	66,8
2004	5,7	5,8	21,0	17,8	7,7	8,7	65,5	67,7
2005	5,8	7,1	19,1	16,9	8,4	8,4	66,7	67,6
2006	6,1	8,6	17,8	15,7	8,5	8,7	67,6	66,9
2007	6,7	10,3	15,7	15,3	9,0	8,5	68,6	65,8
2008	8,4	11,5	13,6	14,7	9,0	7,6	69,0	66,3
2009	13,8	12,3	10,3	15,5	8,4	8,7	67,5	63,5
2010	15,3	14,0	9,6	14,7	9,2	7,9	65,8	63,4
2011	17,5	14,4	10,2	14,9	8,9	7,4	63,4	63,3
2012	17,2	15,2	11,1	14,4	7,5	7,3	64,2	63,1
2013	19,8	15,5	10,6	14,9	8,4	6,8	61,2	62,8
2014	18,4	16,2	12,2	15,2	6,5	6,1	62,9	62,5
2015	18,8	17,7	12,9	15,3	6,8	5,9	61,5	61,0
2016	19,6	16,8	12,9	17,1	7,5	6,5	60,1	59,6
2017	22,1	17,3	12,5	17,5	8,2	5,9	57,2	59,2
2018	27,6	19,0	12,4	17,7	6,4	6,0	53,6	57,3
2019	28,7	19,4	13,4	18,7	4,4	5,7	53,5	56,2
2020	32,4	21,9	10,3	17,6	4,1	5,0	53,3	55,6
Variação (p.p.)	30,4	19,8	-13,7	-5,1	-7,3	-7,0	-9,5	-7,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Economia-SECEX (2021).

Segundo dados do ICOMEX (2020), as exportações brasileiras de *commodities* equivaleram a 66% do valor exportado em 2020, assumindo o maior patamar desde a série iniciada em 1988. Em relação à 2019, foi registrado um aumento de 0,5% das exportações de *commodities* frente ao recuo de 18,5% das exportações de não-*commodities*. Em 2020, enquanto

a economia mundial se retraiu, o comércio sino-brasileiro cresceu a taxas significativas, assumindo um patamar inédito na relação. Ainda, o Brasil enviou cerca de um terço do total de seus produtos exportados para a China no ano de pandemia. Posto isso, e considerando o caráter da pauta exportadora da nação, é cabível afirmar que a China sustentou o *superávit* brasileiro durante a crise econômica mundial do período.

O aumento da quota de *commodities* na pauta está diretamente atrelada à participação da China no comércio internacional brasileiro. Para confirmar tal relação, a seguir são listados os dez principais produtos exportados e importados pelo Brasil em anos selecionados, conforme a classificação do Sistema Harmonizado (SH 4 Dígitos) e a participação da China nas vendas e compras de tais produtos.

Tabela 3: Participação dos Dez Principais Produtos Exportados e Importados pelo Brasil em 2000 (em %)

Produtos Exportados Descrição SH4	Vendas totais	Vendas para China
Outros veículos aéreos, veículos espaciais e de lançamento	6,27	1,07
Minérios de ferro e seus concentrados	5,54	8,90
Soja, mesmo triturada	3,98	15,42
Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis	3,20	0,11
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2,99	0,75
Café, mesmo torrado ou descafeinado	2,84	0,01
Pastas químicas de madeira	2,80	3,49
Calçados	2,43	0,00
Partes e acessórios dos veículos automóveis	2,19	0,67
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose	2,18	0,00
<i>Market-share</i> dos dez principais produtos exportados	34,42	
Produtos Importados Descrição SH4	Compras totais	Compras da China
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	6,03	0,00
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	5,60	0,00
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	3,01	1,30
Partes e acessórios dos veículos automóveis	2,79	0,05
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios	2,36	1,24
Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis	2,14	0,00
Energia elétrica	1,90	0,00
Máquinas automáticas para processamento de dados	1,82	4,73
Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528	1,62	1,83
Medicamentos	1,61	0,14
<i>Market-share</i> dos dez principais produtos importados	28,88	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Economia-SECEX (2021).

Para a análise, foram escolhidos os anos de 2000 e 2019, com o intuito de caracterizar a alteração do padrão comercial brasileiro em direção aos produtos primários (reprimarização) no período, e o ano de 2020 para investigar possíveis mudanças naquele padrão em razão da ocorrência do evento pandêmico. A partir deles, e em adição aos dados anteriormente apresentados, espera-se evidenciar os sintomas da reprimarização na economia brasileira, assim como detectar sua intensificação na ocorrência da pandemia.

No ano 2000, os três produtos que o Brasil mais exportou foram, em primeiro, outros veículos aéreos, veículos espaciais e de lançamento; em segundo, minérios de ferro e seus concentrados; e, em terceiro, soja. É importante destacar que, naquele ano, o produto mais exportado consistiu em um bem derivado da indústria da transformação, com alta intensidade tecnológica, e representou cerca de 6% das vendas externas totais do país. A pauta exportadora se caracterizava pela maior diversificação: seis dos dez produtos mais vendidos eram produtos semimanufaturados ou manufaturados, isto é, produtos que, em alguma medida, passaram por alguma transformação e/ou sofisticação. Para além, os dez produtos juntos equivaleram a um *market-share* de 34,42% das exportações totais do país naquele ano.

Em relação à participação da China nas principais exportações brasileiras no ano 2000, já se nota a relevância do país na aquisição de soja, sendo que a nação chinesa absorveu 15,42% das vendas brasileiras desse produto no mercado mundial, seguida pelas aquisições de minério de ferro (8,9%) e pastas químicas de madeira (3,49%). Cabe destacar que os dois primeiros são produtos básicos, ou seja, bens que mantêm características similares ao estado em que foram encontrados na natureza, e o último semimanufaturado. Para os outros itens da lista, a contribuição chinesa foi irrisória, o que é justificável, uma vez que o Brasil possuía parceiros comerciais maiores e mais importantes do que a China naquela época.

Na lista dos produtos mais importados pelo Brasil em 2000, todos eles, com exceção dos óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, eram semimanufaturados ou manufaturados – uma característica histórica de países subdesenvolvidos. Contudo, é importante pontuar que os bens semimanufaturados da lista, como as partes e acessórios dos veículos automóveis, correspondem a insumos que o país utilizava na produção doméstica industrial, que, na época, era voltada especialmente para a fabricação de veículos automotores, setor de média-alta intensidade tecnológica. Portanto, a pauta importadora possuía alta incidência de produtos ou insumos relacionados à indústria de transformação, e se apresentava pouco concentrada, visto que os dez principais produtos importados corresponderam a cerca de 30% das compras brasileiras daquele ano.

Em relação à participação da China nos principais produtos brasileiros importados em 2000, apenas seis deles tinham origem chinesa, com destaque para máquinas automáticas para processamento de dados, mas com peso de 4,73% das aquisições brasileiras do produto. A partir disso, pode-se induzir que a China não se apresentava como um fornecedor relevante para o Brasil. Em todo caso, as interações entre os países ainda eram pouco expressivas e ambos estavam absortos em interesses ainda pouco convergentes. As relações sino-brasileiras se aprofundaram na medida em que as políticas de inserção internacional chinesa se voltaram para a América Latina e culminaram na intensificação do comércio entre as duas nações. Na Tabela 4, com os dados relativos a 2019, já é possível perceber o alcance e o impacto que o afunilamento dessa relação comercial causou no padrão comercial brasileiro.

Em 2019, os três principais produtos vendidos pelo Brasil foram soja, óleos brutos de petróleo e minério de ferro. Destarte, é possível notar que os três produtos mais exportados são todos enquadrados como bens básicos, o que não era uma realidade antes, visto que o tipo de produto que o Brasil mais exportava no início do século XXI eram veículos aéreos, espaciais e de lançamento, em uma pauta relativamente mais diversificada e tecnologicamente sofisticada. Outro ponto importante é que óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos não se enquadravam nos dez produtos mais vendidos pelo país em 2000, mas, em 2019, passaram a responder por aproximadamente 11% das exportações. Enquanto isso, a soja e o minério de ferro, que já eram bastante comercializados em 2000, subiram de patamar. Ao analisar a lista completa, nota-se uma pauta exportadora de baixa diversificação e alta concentração, já que os dez produtos mais vendidos são classificados como bens intensivos em recursos naturais e representaram uma parcela de mercado de mais de 50% (sendo que os três mais vendidos responderam por 33% das vendas totais). Tais evidências sinalizam que a pauta exportadora brasileira experienciou especialização regressiva no decorrer do século XXI, e tal fato pressupõe mudanças similares na produção nacional, afinal, pelo menos 50% do que o Brasil vendeu foram produtos de baixo valor agregado.

No que diz respeito às contribuições da China nas exportações brasileiras em 2019, nota-se mudanças que são ainda mais significativas e convergentes com a nova realidade comercial do país. A participação chinesa nos três principais produtos exportados pelo Brasil assinala a grande dependência que o país tem em relação a este parceiro, visto que China adquiriu 78,43% de toda a soja exportada pelo Brasil; 64% dos óleos brutos de petróleo; e quase 60% do minério de ferro. Para além, outros produtos que a China já comprava do Brasil em 2000, como as pastas químicas de madeira, ocuparam ainda mais espaço na pauta de 2019. Curiosamente, produtos que a China não comprava do Brasil em 2000, não aparecem mais na pauta de exportação de

2019, como as peças eletrônicas. Em contrapartida, produtos primários que a China demonstra interesse, como os óleos brutos de petróleo e as carnes bovina e de aves, passaram a figurar nas principais exportações brasileiras.

Tabela 4: Participação dos Dez Principais Produtos Exportados e Importados pelo Brasil em 2019 (em %)

Produtos Exportados Descrição SH4	Vendas totais	Vendas para China
Soja, mesmo triturada	11,79	78,43
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	10,94	63,97
Minérios de ferro e seus concentrados	10,26	59,64
Milho	3,30	0,15
Pastas químicas de madeira	3,23	42,28
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves	2,93	19,09
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	2,65	0,37
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2,65	0,12
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	2,56	47,50
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose	2,34	7,54
<i>Market-share</i> dos dez principais produtos exportados	52,65	
Produtos Importados Descrição SH4	Compras totais	Compras da China
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	6,98	0,01
Partes e acessórios dos veículos automóveis	3,69	10,91
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	2,50	0,00
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios	2,41	57,07
Turboreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	2,30	0,99
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	2,27	21,97
Medicamentos	2,00	0,30
Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes; docas flutuantes; plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	1,99	56,39
Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores, desinfetantes e produtos semelhantes	1,95	16,64
Adbos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	1,86	0,03
<i>Market-share</i> dos dez principais produtos importados	27,95	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Economia-SECEX (2021).

De outro lado, a pauta de importações em 2019 se manteve diversificada. A concentração permaneceu similar ao observado no início do século, com os dez produtos mais importados representando 28% da pauta. A incidência de itens semimanufaturados e

manufaturados também continuou presente, com novos produtos adquirindo maior importância econômica para o país. Dentre eles, destaca-se a importação de insumos agrícolas, como defensivos e fertilizantes, o que faz jus à maior parcela de mercado que o agronegócio brasileiro assumiu no decorrer dos anos 2000. Destaca-se também que o produto mais importado pelo Brasil em 2019 consistiu nos óleos de petróleo, que é a versão refinada do óleo de petróleo bruto. Tais considerações reiteram a especialização regressiva que a economia brasileira sofreu no decorrer do período, em que a produção e exportação primária passaram a impactar também as compras externas do país.

A presença da China na pauta de importações do Brasil aumentou significativamente, o que comprova a ascensão chinesa como potência econômica mundial e o aprofundamento da relação entre os países. O Brasil adquiriu da nação asiática, sobretudo, plataformas e outros equipamentos para extração de petróleo e aparelhos elétricos de telefonia (cuja participação chinesa superou mais de 50% das compras brasileiras de cada produto), além de circuitos eletrônicos, partes e acessórios de veículos, turbinas de gás e defensivos agrícolas. Em outras palavras, é possível notar a relevância chinesa no fornecimento de insumos utilizados na indústria extrativa e de transformação brasileira, o que contribui para corroborar a hipótese de desindustrialização da economia.

Para completar a análise, a Tabela 5 apresenta os dez produtos mais exportados e importados pelo Brasil no ano de 2020, em que será possível notar o impacto da pandemia no processo de reprimarização comercial. Os dados revelam que, em relação à 2019, não houve mudanças robustas quanto ao caráter dos produtos que o Brasil mais exportou, corroborando a reprimarização da pauta, conforme já foi evidenciado no intervalo entre os anos 2000 e 2019. Todavia, nota-se um aumento da concentração da pauta nos dez principais produtos exportados em 2020, cujo *market-share* atingiu 56,15%.

O destaque na Tabela 5 é a participação da China no comércio internacional brasileiro em 2020. Primeiramente, nota-se que os três produtos mais exportados pelo Brasil continuam sendo os produtos que a China mais compra do país: soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo. As exportações de soja aumentaram significativamente no curto período de doze meses, e continuaram majoritariamente destinadas à China (73,18% do total exportado). Uma mudança interessante é a realocação dos itens de acordo com a relevância que eles possuem para a economia chinesa. Isso pode ser visto no incremento das vendas de carnes (aves e bovina), um exemplo nítido da intensificação da reprimarização da pauta exportadora brasileira. Nesse sentido, o fato da China, principal parceiro comercial do Brasil, absorver parte significativa das exportações de bens primários e, em boa medida, contribuir para a

especialização regressiva da economia brasileira, remete à condição de codependência que o Brasil assume nessa relação, especialmente por não só manter, mas aumentar as exportações em um ano de recessão mundial a partir da venda de bens de baixo valor agregado.

Tabela 5: Participação dos Dez Principais Produtos Exportados e Importados pelo Brasil em 2020 (em %)

Produtos Exportados Descrição SH4	Vendas totais	Vendas para China
Soja, mesmo triturada	13,66	73,18
Minérios de ferro e seus concentrados	12,33	71,82
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	9,38	57,85
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose	4,18	14,76
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	3,19	60,45
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2,82	0,12
Milho	2,80	0,06
Pastas químicas de madeira	2,72	46,59
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves	2,66	22,85
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	2,42	0,43
<i>Market-share</i> dos dez principais produtos exportados	56,15	—
Produtos Importados Descrição SH4	Compras totais	Compras da China
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos	4,65	0,01
Partes e acessórios dos veículos automóveis	3,19	11,92
Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fios	2,82	62,64
Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos	2,54	23,31
Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes; docas flutuantes; plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis	2,41	49,31
Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores, desinfetantes e produtos semelhantes	2,33	16,42
Sangue humano; sangue animal para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; anti-soros, outras frações do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos	2,11	9,38
Turbo-reactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	2,09	1,91
Medicamentos	2,07	0,29
Azubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	1,65	0,12
<i>Market-share</i> dos dez principais produtos importados	25,87	—

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Ministério da Economia-SECEX (2021).

No que tange às importações, também não houve mudanças representativas quanto aos tipos de produtos comercializados em relação à 2019, nem no grau de concentração da pauta importadora. Os dez principais produtos se enquadram, agora exclusivamente, em semimanufaturados ou manufaturados. O *market-share* dos produtos se manteve em torno dos 25%, o que remete à diversificação. No entanto, a China ganha participação nos principais produtos importados pelo Brasil, se fortalecendo como um importante fornecedor, principalmente, de produtos de telefonia, maquinário e plataformas e outros equipamentos para extração do petróleo. Como consequência direta da pandemia, cresce a demanda brasileira por medicamentos e produtos de uso médico e hospitalar. Nesse sentido, a China conseguiu assessorar não só o Brasil, mas o mundo todo, com o abastecimento de medicamentos, vacinas e insumos para a fabricação de imunizantes, como aparece nos números da Tabela 5.

Em suma, no contexto das relações sino-brasileiras, a pandemia, até então, colaborou para intensificar a reprimarização econômica do Brasil, na medida que, em 2020, o Brasil não só manteve, mas elevou a participação de *commodities* nas exportações. Os dez produtos mais vendidos externamente são baseados em recursos naturais e correspondem a mais de 56% das exportações totais do país, um indício da especialização regressiva e da mudança de paradigma do país em relação ao início do século. Nesse processo, a trajetória de ascensão da China como potência econômica mundial e, desde 2009, principal parceiro comercial do Brasil, contribuiu diretamente para os atuais resultados brasileiros, visto que a nação chinesa tem participação dominante nas vendas brasileiras de produtos primários e nas aquisições brasileiras produtos industrializados. Destarte, ao manter um crescimento baseado na produção e exportação de *commodities* e sustentar a importação de bens industrializados na economia doméstica, o Brasil se encontra à mercê da demanda chinesa para atingir *superávits* na balança comercial.

4. Política Externa entre Brasil e China ao longo dos anos 2000

Ao longo dos anos 2000, o Brasil passou por uma série de transformações no que tange à condução da política externa da nação. Grandes fenômenos, tais como a liberalização da economia mundial e a diluição das fronteiras econômicas atrelada às práticas de integração regional no início do século; a ascensão da China como potência econômica e o efeito que isso traz na dinâmica da ordem mundial vigente; e, posteriormente, o advento da pandemia e da maior crise econômica mundial dos últimos anos, possibilitaram ao Brasil uma significativa margem de manobra de atuação no exterior.

Nesse contexto, as relações brasileiras com a China nem sempre foram lineares. Pelo contrário, a nação asiática se mostrou como um ponto de convergência e divergência entre os governos brasileiros do período. Sendo assim, para completar a análise econômica deste trabalho, faz-se necessário pensar em como as relações políticas sino-brasileiras se desenrolaram ao passo do notável aprofundamento das relações comerciais entre essas nações e da condição de codependência evidenciada pelo Brasil em relação à China. Assim, cabe responder o questionamento de como a reprimarização da pauta econômica brasileira, intensificada pela ocorrência da pandemia, afetou e vem afetando as relações políticas entre os dois países.

O restabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras ocorreu em 1974, ano em que o Brasil, ainda sob o governo militar, se encontrava em um gradual processo de abertura política caracterizado pelo “pragmatismo ecumênico” de Geisel. Desde essa época, Brasil e China, apesar de possuírem sistemas políticos diferentes, demonstraram similaridades em princípios de política externa, e aderência comum aos pressupostos de cooperação multilateral Sul-Sul em resposta ao protecionismo dos países desenvolvidos. Nesse estágio, as relações ainda se apresentavam modestas e restritas ao campo político-diplomático, e só foram assumir maior relevância com o crescimento da relação comercial entre as nações no fim do século XX (OLIVEIRA, 2004).

Oliveira (2004) e Ramanzini Jr. e Ribeiro (2013) se voltam para o entendimento das reais motivações da relação sino-brasileira, o que é importante para avaliar o nível de reciprocidade e o interesse comum dos dois países com a cooperação. Oliveira (2004) argumenta que a parceria estratégica adotada pelas nações foi, *a priori*, moldada pela cooperação técnica e científico-tecnológica, e marcada pela aproximação das agendas internacionais dos países nos fóruns multilaterais. Ou seja, muito mais que um parceiro comercial, na virada do século XXI a China era vista como um importante parceiro político para o Brasil, sendo essa vontade política um fator crucial para a aproximação dos dois países.

Ramanzini Jr. e Ribeiro (2013) pontuam que, sob a ótica brasileira, houve uma grande expectativa por parte do governo e de diversos grupos nacionais em relação à emergência chinesa e como ela poderia contribuir para o desenvolvimento e projeção internacional do Brasil. Em contrapartida, na perspectiva chinesa, o Brasil se enquadrava nos esforços de abertura política e internacionalização da China, além de ser visto como uma oportunidade de conquista de mercado, especialmente no suprimento de recursos naturais e energéticos. As diferentes expectativas de uma relação ainda embrionária já mostravam que a China é mais importante para o Brasil do que o inverso; esse alicerce não iria determinar unilateralmente essa

relação ao longo dos próximos anos, mas, sem dúvidas, foi um fator estrutural importante e deve ser incluído no debate (RAMANZINI JR.; RIBEIRO, 2013).

Ao consolidar os principais posicionamentos externos dos governos brasileiros do século XXI, é possível notar que não há um padrão de relacionamento com a China, já que o país nem sequer era um parceiro precípuo até assumir relevância no comércio internacional brasileiro. Ramanzini Jr. e Ribeiro (2013) ressaltam que um marco importante dessa virada foi o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse sentido, as relações com a nação oriental se intensificaram ainda mais com a demanda chinesa por suprimentos e energia alcançando níveis geopolíticos, o que estimulou, posteriormente, a assinatura de novos acordos comerciais, de investimentos e de cooperação em geral (não só com o Brasil, mas também com grande parte dos países latino-americanos).

No início dos anos 2000, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em resposta às sucessivas crises advindas das políticas neoliberais no fim do século XX, já salientava uma reorientação de política externa em direção à aproximação de países emergentes por meio dos organismos multilaterais. Contudo, foi só no governo do presidente Lula que houve espaço realmente para a implementação de uma agenda efetivamente diversificada e reformista, com foco na cooperação Sul-Sul. O então presidente Lula e seu Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visavam uma inserção internacional brasileira ativa e propositiva, o que incluía alianças com outros países em desenvolvimento em prol da desconcentração do poder e da redução das assimetrias em organismos multilaterais (MOREIRA JR., 2020). Nas palavras de Amorim (2010):

A cooperação Sul-Sul é uma estratégia diplomática originária do desejo autêntico de exercer solidariedade aos países mais pobres. Ao mesmo tempo, ela ajuda a expandir a participação brasileira nos assuntos internacionais. A cooperação entre iguais em termos de comércio, investimento, ciência, tecnologia e outras áreas reforça nossa estatura e força nas negociações comerciais, financeiras e climáticas. Por último, mas não menos importante, construir coalizões com países em desenvolvimento é também uma maneira de engajar uma reforma na governança global a fim de se alcançar instituições internacionais mais justas e democráticas. (AMORIM, 2010, p. 231, tradução própria).

O relacionamento com a China foi, então, revigorado, assumindo legítima importância na agenda internacional brasileira. E as expectativas eram altas: para além do crescente comércio e do recebimento de investimentos diretos estrangeiros, o Brasil esperava contar com a influência chinesa para se projetar internacionalmente, ao passo que concedia à China vantagens econômicas. Em 2004, o Brasil reconheceu a China como economia de mercado e, *a posteriori*, instituíram-se importantes iniciativas nacionais e subnacionais mediadoras no país,

como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e, em 2008, a Agenda China, que contribuíram com propostas de atuação externa brasileira. Os esforços para a criação do BRICS – agrupamento econômico composto pelos países África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia – também foram um marco importante do governo, sendo um reflexo da vontade dos países continentais de alcançar o *status* de potências emergentes no sistema internacional (BARBOSA; MENDES, 2008, BERRINGER; BELASQUES, 2020).

Berringer e Belasques (2020) destacam que a agenda internacional para a China não era um projeto unicamente governamental, pelo contrário, é imprescindível ressaltar o interesse de grupos subnacionais, principalmente empresas beneficiadas com o mercado agroexportador e com os investimentos chineses, com o estabelecimento da parceria entre os países. Tanto o governo Lula como o governo Dilma estavam sujeitos ao interesse da burguesia interna, que visava expandir os negócios através da aproximação com os países emergentes. O governo Dilma, embora marcado por conturbações internacionais e crise política interna, o que limitou a atuação na agenda internacional do país, seguiu o plano de dar continuidade à construção do BRICS e à aproximação com o Estado chinês. Conforme as autoras:

Desse modo, a partir do governo Lula, o Estado chinês passou a possuir caráter estratégico para o Estado brasileiro, tanto do ponto de vista político (podendo ser um importante aliado em fóruns internacionais), quanto sob perspectiva econômica (uma vez que a China poderia ser um grande mercado para exportação e fonte de investimentos). (BERRINGER; BELASQUES, 2020, p.162).

Com a mudança do padrão de comércio entre os países ao longo dos anos 2000, evidenciada pela reprimarização da pauta exportadora brasileira e importância da China na parceria comercial, enquanto alguns setores domésticos temiam os frutos negativos que a relação sino-brasileira poderia trazer para a economia nacional, muitos deles se beneficiavam dos investimentos e das oportunidades do mercado chinês. Até aqui, tem-se uma relação bilateral que é significativamente suscetível às percepções dos atores domésticos. Além disso, consta-se uma relação pouco linear, especialmente a partir do momento em que a apreensão do novo padrão comercial causou conflitos internos que incentivaram uma revisão³, ainda que modesta, de política externa do governo Lula no sentido de isolar questões comerciais das políticas. Afinal, a agenda não era tão coincidente para os países como se esperava ser, o que é

³ A partir de 2005, destaca-se um distanciamento do Brasil em relação à China em alguns entendimentos bilaterais e posicionamentos em fóruns multilaterais. Também cabe citar aqui o episódio em que a China se posicionou contra a reforma do Conselho de Segurança da ONU, iniciativa tão almejada pelo Brasil (BARBOSA; MENDES, 2008).

justificado pelas diferentes trajetórias econômicas e produtivas que as nações apresentavam (BARBOSA; MENDES, 2008, BERRINGER; BELASQUES, 2020).

A China, em detrimento de seu projeto político-econômico de ascensão como potência global, se mostrava arduamente pragmática em sua política externa. A nação oriental visava construir uma sólida e grande cadeia produtiva de geração de valor agregado internamente, e, por isso, priorizou desenvolver uma rede de comércio inter-industrial não só com o Brasil, mas com a América Latina e os demais países do sul global. Nesse sentido, as relações com o Brasil contribuem para o desenvolvimento chinês, mas não são essenciais para que ele aconteça, pois as conexões da China são, acima de tudo, globais (BARBOSA; MENDES, 2008, RAMANZINI JR.; RIBEIRO, 2013).

Segundo Moreira Jr. (2020), a reviravolta do quadro internacional e a instabilidade política no Brasil a partir de 2013, que culminaram com o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff em 2016, trouxeram um desgaste da imagem internacional do Brasil. A partir do governo Temer, nota-se uma guinada nas direções de atuação internacional do país para uma política externa menos diversificada e de forte viés ideológico, que minimiza a importância da cooperação Sul-Sul, incluindo a China, e se volta para um alinhamento com os países desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos.

Com a ascensão do governo do presidente de direita-nacionalista Jair Bolsonaro, este cenário se aprofundou. O Brasil se colocou como aliado dos Estados Unidos (MOREIRA JR., 2020), maior concorrente chinês na disputa de poder pela ordem mundial, por motivações políticas e ideológicas contrastantes com a realidade nacional. Afinal, dados de investimento externo e do comércio internacional mostram que a China é, de longe, mais importante para a economia brasileira do que os Estados Unidos.

Essa ambiguidade chegou em outro patamar com o advento da pandemia do Covid-19 e da recessão mundial que assolou o mundo em decorrência das medidas de contenção do vírus. Sousa et al. (2020) demonstra que as relações Brasil-China passaram por tensões diplomáticas devido à retórica anti-China que foi usada recorrentemente para mobilizar uma base social de apoio ao presidente Bolsonaro. Indo além, boa parte dos argumentos radicais e negacionistas do ex-presidente norte-americano Donald Trump foram reafirmados nos discursos pessoais e institucionais de Bolsonaro. Acusações em relação à origem do vírus e ao regime político chinês, dentre outras questões, como o leilão nacional do 5G e as vacinas, foram direcionadas à nação oriental pela face pró-Trump do governo, composta pelo filho do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro; o ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo; o assessor de assuntos internacionais da presidência da República, Filipe Martins; e outros atores do alto

escalão. Em cada ocasião, a China respondeu ativamente aos ataques ideológicos sem fundamentação.

No cenário apresentado, é factível deduzir um rompimento da abordagem pragmática brasileira nas relações internacionais. Contudo, como visto anteriormente, a política externa do governo Bolsonaro também é resultado da percepção de atores subnacionais. Ainda sob as contribuições de Sousa et al (2020), dentre esses atores, destacam-se entidades importantes como o Consórcio Nordeste, o Conselho Empresarial Brasil-China, o Consórcio da Amazônia Legal, o Instituto Butantan e o próprio governo do Estado de São Paulo, que comumente respondem diretamente à China e contaram com o apoio da nação durante à crise sanitária. Não só na sociedade civil, mas também dentro do governo, há grupos favoráveis à relação bilateral Brasil-China. Dentre esses agentes, é possível ressaltar representantes da Vice-Presidência da República; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e do Ministério da Economia, por exemplo. Em vista disso, a cada momento de tensão, esses agentes foram responsáveis por pacificar as relações com a potência chinesa e remediar as contradições das tomadas de decisões do governo. Ao passo em que se via uma retórica anti-China para quesitos relacionados à pandemia, o comportamento do Brasil foi conciliatório com o chinês em questões de quando estar ao lado da China reforçava as agendas nacionais do governo.

Sendo assim, apesar do aumento de incertezas, a dinâmica econômica, sobretudo na esfera comercial, dos países não foi afetada pelos problemas políticos até então. Não houve hesitação do Brasil em tomar partido da China em ocasiões que se alinhassem aos interesses do governo. A cooperação por meio dos BRICS continuou a ocorrer, em especial à possibilidade e flexibilidade de financiamentos disponibilizados pelo grupo por meio do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e a institucionalidade em torno do Arranjo Contingente de Reservas (ACR) (SOUSA et al., 2020). O Brasil tem R\$17 bilhões de recursos aprovados no NBD, com expectativa de receber mais R\$6 bilhões até o final de 2022 (MOREIRA, 2021); tal fato reitera a importância do Banco no impulsionamento econômico do país em um cenário pós-pandêmico de recuperação. Em adição, as trocas comerciais bilaterais continuaram a se intensificar até alcançarem um nível nunca experimentado, afunilando a reprimarização da pauta exportadora brasileira e reiterando a dinâmica comercial assimétrica dos países. Claramente, o pragmatismo chinês aliado ao interesse dos agentes nacionais e subnacionais brasileiros na manutenção das relações econômicas sino-brasileiras incentivaram a estabilidade das relações políticas entre as nações no presente momento.

5. Considerações Finais

Este trabalho procurou aprofundar nas interações comerciais e políticas do Brasil com a China – potência econômica mundial, demandante de *commodities* e fornecedora de bens industrializados, e principal parceiro comercial do Brasil –, a fim de averiguar a ocorrência da reprimarização comercial brasileira ao longo do século XXI e a intensificação deste sintoma econômico no ano de pandemia (2020). Para além, buscou-se analisar o impacto que o comércio entre as nações gera na condução da política externa do Brasil para com a nação oriental, considerando o cenário externo de recessão mundial e o cenário interno de atritos e divergências políticas em que o Brasil se encontra.

A tese da reprimarização da economia brasileira é suportada pela transformação da pauta de exportação do país no período entre 2000 e 2020, em que se identifica uma alta presença e concentração de produtos de caráter primário. Os três produtos que o país mais exportou – soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, são, a propósito, os produtos que a China mais compra; juntos, eles equivaleram a cerca de 35% das exportações totais do Brasil no ano de 2020. No contexto das relações sino-brasileiras, a intensificação da reprimarização da pauta exportadora é vista através do aumento da exportação de *commodities* destinadas à China, com destaque para as vendas de soja, que aumentaram significativamente em relação à 2019 e, conseqüentemente, com o aprofundamento da participação chinesa no comércio brasileiro e o alcance de *superávits* comerciais brasileiros em um ano de recessão econômica mundial generalizada.

Com base nessa constatação, o Brasil se configura em condição de dependência, pois dispõe significativa parte da produção nacional à mercê de um único parceiro que, por sinal, possui conexões globais diversificadas. Em adição, como é sinalizado pela especialização regressiva da produção e pelo aumento das importações brasileiras de bens manufaturados da China, o Brasil pode se deparar facilmente dentro de um cenário de desindustrialização, devido à perda de competitividade da indústria de transformação em relação a outros mercados, e fragilização econômica, o que reitera sua posição de nação subdesenvolvida.

Como foi visto, as relações sino-brasileiras vieram a se aprofundar especialmente com a aproximação comercial dos países, que foi impulsionada pelo plano de inserção internacional da China executado no decorrer do século XXI. Para além da ampliação de mercados e da cooperação Sul-Sul, o Brasil e a China também possuíam motivações políticas convergentes para uma parceria estável e estratégica. Contudo, as trajetórias estruturais e produtivas dos dois países são distintas. Na diversificação de parcerias, o Brasil enxergou na ascensão chinesa um

impulso para a projeção internacional da nação, porém acabou por se deparar com uma relação assimétrica que contribuiu para a especialização agroexportadora do país. Por mais que os recorrentes *superávits* comerciais sejam interessantes para o Brasil, eles não garantem sólido crescimento a longo prazo, pois são suscetíveis a fatores conjunturais, tais como a reversão da trajetória altista dos preços das *commodities* e/ou a desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa. Enquanto isso, ao passo em que articula relações diversificadas com o restante do mundo e amplia seu parque industrial, a China aumenta sua competitividade e se consolida como fornecedor mundial de produtos manufaturados e tecnológicos.

Desde 2018, o Brasil se encontra sob o governo de Jair Bolsonaro, representante da direita-nacionalista que recorrentemente se envolve em conturbações políticas e diplomáticas na esfera nacional e internacional. Durante a pandemia, o governante, que se alinhou à retórica do ex-presidente republicano norte-americano Donald Trump, realizou, publicamente e em diversas ocasiões, ataques contra a nação chinesa, o que desencadeou tensões diplomáticas entre os dois países. Contudo, percebe-se que a relação entre as duas nações continua estável e não foi afetada até o presente momento; pelo contrário, a interação econômica ainda se aprofundou. A política externa brasileira e o caráter multifacetado das relações Brasil-China são fortemente influenciados pelos interesses de atores subnacionais, o que levou à mediação dos posicionamentos conservadores e anti-globalistas direcionados à China pelo presidente e outras figuras políticas importantes. Essa mediação foi iniciativa de atores nacionais e subnacionais, incluindo apoiadores e agentes dos setores que usufruem das exportações e dos investimentos externos chineses, que conseguiram sustentar uma atuação pragmática coerente com a real condição do país.

A reprimarização da economia brasileira reforça a condição de codependência do Brasil em relação ao seu principal parceiro, o que torna as relações comerciais sino-brasileiras extremamente importantes e estratégicas para o Brasil. Deslizes em relação à política externa brasileira não cabem na ocasião – tanto as forças sociais por de trás do interesse nacional brasileiro na relação comercial, como a própria China, sempre pragmática, presam e reiteram por relações estáveis entre as duas nações.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. spe, p. 214-240, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292010000300013>.
- APEX-BRASIL. As Exportações Brasileiras e os Ciclos de *Commodities*: tendências recentes e perspectivas. **Conjuntura e Estratégia**. Julho. 2011.
- BARBOSA, A. de F.; MENDES, R. C. A ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira. **Nueva Sociedad**, [s. l.], out. 2008.
- BERRINGER, T.; BELASQUES, B. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1078>>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BLACK, C. Eventos relacionados ao superciclo de preços das *commodities* no século XXI. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 67-78, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. **Existe Doença Holandesa no Brasil?** IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Março, 2008.
- CASTILHO, M. R.; COSTA, K. G. V.; TORRACCA, J. F. A Importância do Mercado Latino-Americano e da Competição Chinesa para o Desempenho Recente das Exportações Brasileiras de Produtos Manufaturados. **Análise Econômica**, v. 37, n. 72, p. 7-38, nov. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.68199>.
- CASTILHO, M.; NASSIF, A. **Trade Patterns in a Globalised World: Brazil's Recent Trajectory Towards Regressive Specialisation**. Texto para Discussão 126, BNDES, 2018.
- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Relações Econômicas Entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direto Estrangeiro. **Revista Tempo do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.
- ICOMEX. FGV – Instituto Brasileiro de Economia Aplicada. **Icomex de janeiro referente a balança comercial de dezembro**. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/noticias/icomex-balanca-comercial-2020-e-perspectivas>>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- JAYME JR., F. G.; RESENDE, M. F. C. Crescimento econômico e restrição externa: teoria e a experiência brasileira. In: MICHEL, R.; CARVALHO, L. (Orgs.) **Crescimento econômico: setor externo e inflação**. Rio de Janeiro: IPEA. 2009.
- LOPES, V. T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.1029.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Secretaria do Comércio Exterior-SECEX. **Estatísticas do Comércio Exterior**. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/comercio-externo>>. Acesso em: 01 set. 2021.

MORAES, I. A. de; AGUIAR, M. H. P. de; TAUIL, C. E. Relações Brasil-China: Uma parceria para desenvolvimento ou uma relação de codependência? **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, BA, v. 2, n. 40, p. 402-432, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i40.5657>.

MOREIRA, A. Brasil tem R\$ 17 bilhões a receber do Banco do Brics. **Valor Econômico**, 10 set. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/09/10/brasil-tem-r-17-bilhoes-a-receber-do-banco-do-brics.ghtml>>. Acesso em: 3 out. 2021.

MOREIRA JR., H. Política Externa Brasileira no Início do Século XXI: Diversificação, Realinhamento e Dependência. **ENTRE-LUGAR**, [S.l.], v. 11, n. 21, p. 240-260, jun. 2020. ISSN 2177-7829. DOI: <https://doi.org/10.30612/el.v11i21.12057>.

MORTATTI, C. M.; MIRANDA, S. H. G.; BACCHI, M. R. P. Determinantes do Comércio Brasil-China de *Commodities* e Produtos Industriais: Uma Aplicação VECM. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 2, p. 311-335, 2011.

OLIVEIRA, H. A. de. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 47, n. 1, p. 07-30, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292004000100002>.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: Conceituação, Causas, Efeitos e o Caso Brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, no. 2, Abr-Jun, 2010.

PELLA, A. F. C. Relações Comerciais entre Brasil e China a partir dos Anos 2000: Uma Análise do Conteúdo Tecnológico. **Revista de Estudos Sociais**, v. 21, n. 42, p. 138-160, 2019. DOI: 10.19093/7389.

PEREIRA, L. V. **O efeito China nas exportações brasileiras em terceiros mercados: uma análise do *constant market share***. Texto para Discussão 2002, IPEA, Brasília, Agosto, 2014.

RAMANZINI JR., H.; FELIU RIBEIRO, P. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 165-187, 2013. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/98>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SOUSA, A. T. L. M. *et al.* Relações Brasil-China durante a pandemia: abalos no pragmatismo. In: AZZI ET AL. (Orgs.) **A Política Externa de Bolsonaro na Pandemia**. OBSERVATÓRIO de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil. São Bernardo do Campo, p. 31-45, 2020.

TRECE, J. C. C. Pandemia de Covid-19 no Brasil: Primeiros Impactos sobre Agregados Macroeconômicos e Comércio Exterior. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 27, Maio-Ago., 2020.

VERÍSSIMO, M. P. Composição de Determinantes das Exportações Brasileiras Intensivas em Recursos Naturais no Período de 2000 a 2018. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 395-417, 2019.